

A necessidade de uma solução a longo prazo

por Cristina Lamb
do Financial Times

Não há distúrbios nas ruas, as lojas não estão sendo saqueadas e não se ouve retórica revolucionária nas universidades. No entanto, os editoriais dos jornais e os políticos insistem em que o Brasil está passando por sua pior crise desde 1964, quando, em meio a tumultos sociais e econômicos, os militares derrubaram o último presidente eleito do país.

Como se para confirmar estes temores, o presidente Fernando Collor de Mello convocou na semana passada a primeira reunião do Conselho da República que, sob a Constituição, só se reúne em tempos de emergências nacionais. Sua mensagem foi clara: o Estado está falido e sem reforma constitucional o país é ingovernável e se encontra para a hiperinflação.

As palavras sombrias de Collor não foram surpresa para a maior parte dos brasileiros. Depois de dez anos de inflação crônica e a meio caminho de seu segundo ano de recessão, a crise econômica não é novidade para o maior devedor dos países em desenvolvimento. O que mudou, porém, foi a compreensão de que o gigante da América Latina está sendo deixado para trás não só pelos rivais do Sudeste asiático mas, de forma mais humilhante, pelo restante do continente latino-americano.

Há crescente consenso de que os planos de choque econômico não funcionam

e que é hora de encontrar uma solução a longo prazo baseada no "entendimento nacional". O mais importante fator nessa nova forma de pensar foi a transformação da vizinha e tradicional rival Argentina do caos econômico a país com respeitável taxa mensal de inflação de 1,3%, e crescimento de 5% previsto para este ano. Em comparação, o Brasil está prevendo inflação de 19% neste mês e mais dois anos sem crescimento. Embora o Brasil possa descartar a comparação com os sucessos do Chile, México e Venezuela,

O exemplo da Argentina é difícil de engolir

o exemplo da Argentina, como uma democracia próxima, é difícil de engolir.

Os brasileiros estão finalmente admitindo a profundidade de sua crise, perguntando porque são incapazes de produzir líderes políticos e empresariais e compreendendo que seu país sofre perturbações sociais mais insidiosas do que uma revolução. Invasões de terras são uma ocorrência diária; seqüestros são freqüentes demais para merecer manchetes; tanto o Rio de Janeiro quanto São Paulo têm média de mais de um assalto a banco por dia; e em São Paulo adolescentes são mortos para que se roube seu tênis.

A renda per capita brasileira pode ter permanecido quase estável na década passada, enquanto a de seus vizinhos experimentava em média uma queda de 2,2%, mas a infra-estrutura está em desintegração. O país tem também uma das distribuições de renda mais desequilibradas do planeta — 60% da riqueza nacional está nas mãos de 1% da população.

O problema para o governo é o que fazer para impedir que o país se arraste de um efêmero plano econô-

mico ao seguinte. Está apostando tudo numa revisão da Constituição de 1988 para permitir elevação dos impostos e corte nos gastos federais, seguindo a receita do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o qual está negociando um empréstimo "standby" de US\$ 2 bilhões.

O governo acredita que a reforma constitucional é necessária porque sob o sistema presente não pode demitir empregados federais e deve repassar cerca de metade de suas receitas aos estados e municípios. Para alterar o texto, é necessária uma maioria de três quintos no Congresso, numa votação de dois turnos.

Num esforço pouco suítil para garantir apoio às suas reformas constitucionais, o governo está oferecendo um relaxamento dos termos de pagamento da dívida total de US\$ 57 bilhões dos governos estaduais junto ao governo federal. Eduardo Suplicy, economista e senador pelo oposicionista Partido dos Trabalhadores, queixa-se: "O governo simplesmente não pode transferir a culpa para o Congresso e dizer que não se pode governar a não ser que a Constituição seja mudada".

O maior obstáculo à reforma é a falta de credibilidade do governo. Já se foi o herói bronzeado que assumiu o cargo em março de 1990 como uma espécie de Indiana Jones. A bala única com que Collor prometeu matar a inflação errou espetacularmente o alvo, criando apenas uma trégua

A infra-estrutura do País está em desintegração

no aumento de preços e uma contração de 4,6% na economia no ano passado.

Em julho o governo emitiu notas do Tesouro para aumentar sua dívida interna, apesar de ter declarado no

ano passado que jamais faria isso.

Além de empilhar dois planos econômicos fracassados em 18 meses, Collor viu a demissão de seis de seus doze ministros, bem como a de toda uma equipe econômica, lidou com quatro presidentes da Petrobras, estatal de petróleo que é a maior corporação da América Latina, e com três presidentes da Embraer, a estatal brasileira de aeronáutica. Pior, para um homem envolvido numa cruzada, seu governo está agora atolado num pântano de acusações de corrupção envolvendo amigos, seu irmão e sua esposa. Um ano atrás, Collor tinha índices de popularidade de 80%; agora, enfrenta pedidos para que renuncie.

O Brasil continua a ser uma das mais protegidas economias do mundo, com tarifa média de 40% sobre os produtos importados, ante os 11,5% da Argentina. As empresas continuam

Governo está atolado num pântano de acusações

cartelizadas e pouco cooperativas com os planos de estabilização econômica. Elas imputam seu fracasso em aumentar eficiência e competitividade à compressão de crédito e à manutenção das restrições à importação de computadores e outros produtos eletrônicos, bem como a grupos de pressão que buscam retardar ou mesmo suspender o processo de liberalização. O Brasil também está atrás da maior parte dos países da América Latina na privatização. Sua primeira venda, a da maior siderúrgica do país, que deveria acontecer ontem, foi suspensa devido à decisão de uma corte federal.

A crédito do governo, Carlos Garcia, secretário da Administração, diz ter removido 111,5 mil regulamentos burocráticos e cor-

tado 207 mil funcionários federais, ainda que devido a restrições constitucionais 47 mil desses continuem a receber. Os políticos de oposição alegam, entretanto, que apenas 3,8 mil funcionários federais foram de fato demitidos, e os restantes demitiram-se ou pediram aposentadoria.

A presente falta de fé no governo significa que qualquer coisa que ele tente fa-

ortodoxo Moreira como ministro da Economia, e ameaçaria as negociações do Brasil com o FMI e os bancos credores. Moreira vem respondendo aos pedidos estrangeiros de abrir o mercado de ações do País e tem permitido os projetos de conversão da dívida externa em programas de preservação da natureza. Sua proposta de reestruturação da dívida do Brasil junto aos bancos comerciais, US\$ 2 bilhões, foi bem recebida pelos credores e abriu o caminho para que o Brasil voltasse aos mercados internacionais de capital pela primeira vez em uma década.

Mas o relógio corre contra Collor e a inflação sobe inexoravelmente. A barreira psicológica dos 20% ao mês acima da qual um novo plano é considerado inevitável, pode ser ultrapassada no mês que vem. Os fatores inflacionários incluem: o ajuste semestral dos salários e aluguéis em setembro; a duplicação do salário mínimo ao qual a maior parte dos salários está vinculada; a crescente pressão por desvalorização do cruzeiro para ajudar as exportações; a liberação prometida pelo governo de US\$ 1,8 bilhão dos ativos retidos em um congelamento

Falta de fé leva medidas a efeitos errados

zer tem o efeito errado. As taxas de juro, elevadas recentemente a quase 1000% ao ano para reduzir a demanda dos consumidores, expuseram as preocupações do governo quanto ao descontrole da inflação. As empresas, temendo o sexto congelamento de preços em cinco anos, responderam elevando unilateralmente seus preços. Marciilio Moreira, o ministro da Economia, repete quase todo dia: "Sou um ministro antichoque", mas uma pesquisa entre executivos da Câmara do Comércio Americana concluiu recentemente que apenas 11% dos consultados acreditam que o governo não recorrerá a métodos drásticos para controlar a inflação. César Maia, economista do principal partido de oposição (PMDB), diz: "É como jogar xadrez bêbado — nenhum de seus lances termina sendo o que pretendiam".

Se a emenda constitucional não for aprovada no Congresso, ou como parece provável, se só reviver em versão diluída, o governo não tem outra carta. As opções reduzem-se a criar um banco central independente ou a copiar o mais recente plano argentino.

A razão mais premente do governo para evitar outra solução apressada é que isso quase certamente envolveria a demissão do

Collor chega tarde e enfraquecido às negociações

draconiano em março de 1990.

Ainda que a maior parte dos brasileiros reconheça agora a escalada da crise no País, Collor chega tarde e enfraquecido às negociações com líderes políticos e empresariais que ainda guardam zelosamente suas próprias posições. Os economistas temem que o Brasil tenha de ver uma hiperinflação de fato à solta antes que esses grupos estejam verdadeiramente dispostos a colocar o interesse do País antes dos seus.